

Intervenção do Jantar Comemorativo do 39º Aniversário do 25 de Abril

Lisboa, 19 de Abril de 2013

É um enorme prazer estar aqui com os que gostam de festejar Abril e falar-vos em nome do Congresso Democrático das Alternativas. É verdade, os que aqui estamos sabemos que Abril se festeja porque é a data luminosa que nos criou e com a qual somos mais capazes para olharmos em frente. Abril é, de facto, a maior fonte de determinação que todos nós hoje possuímos, pois é aí que está a razão de ser da democracia em que vivemos, da liberdade que não queremos ver minorada, da justiça social e da dignidade que não dispensamos. Sabemos, pois, porque festejamos Abril e sabemos porque é que teremos sempre mil razões para renovar a alegria de sermos gente desse tempo intemporal que cada geração tem sabido apropriar e reinventar.

Mas é também claro que os tempos obscuros que vivemos nos obrigam a juntar à nossa determinação uma profunda indignação. A razão porque estamos aqui com indignação e com determinação não é apenas porque está no poder um governo de que divergimos. Não é apenas, e já não seria pouco, porque estamos a ser mal governados por quem perdeu a legitimidade. Na verdade este é um governo que governa contra o povo e que se assemelha em tudo a um monarca absoluto: tem corte mas não tem amigos; hostiliza o povo; serve interesses mas não assume o interesse geral. A razão porque estamos aqui com indignação e com determinação é porque este governo de ideólogos obcecados tem vindo a cumprir a mais indigna das tarefas, empobrecer-nos, empobrecer-nos e empobrecer-nos.

Sabemos desde o início que a atitude rude do governo e do seu programa assentava num ponto básico: atacar o trabalho, diminuir os rendimentos salariais em todas as suas dimensões, diretas e indiretas, fragilizar a relação laboral do lado do mais fraco. O que não era, porventura, tão claro era até onde é que eles queriam ir. Queriam intervir de forma reacionária na repartição do rendimento social, isso era claro. Sabiam, mas fingiam ignorar, que daí resultaria uma recessão brutal. Sabiam, mas fingiam ignorar, que ao hostilizarem os rendimentos reduziam a procura colocavam a economia sob fogo e aumentavam o desemprego. Mas queriam fazer isso, porque acham – autoritários fanáticos – que a redenção nasce do castigo. O que podia ser menos claro e agora é nítido para muitos – trabalhadores, empresários, pessoas a que interessa o bem comum – é que a recessão é uma regressão que está a desfazer deliberadamente o nosso sistema produtivo, a possibilidade de a economia nacional ser uma entidade com o mínimo de capacidade de mando sobre si mesma. Liberais como são, desalmados como são, acham que tudo se deve limitar à concorrência desenfreada e que cada um – cada pessoa, cada região, cada país – deve ser apenas uma peça de um jogo sem grandes regras, ao serviço de uma figura sem dó chamada mercados. Eles querem uma economia de custos baixos, querem uma economia periférica dependente, querem uma economia que trabalhe mas não cuide dos direitos, do bem-estar, da dignidade de quem trabalha. Uma economia em que a precariedade que hoje atinge 1/5 da população ativa seja a norma.

Por que é que eles são assim? São apenas paus mandados? São estúpidos? Não, são gente apostada em descarnar a sociedade que Abril abriu. São gente de um governo que tem de ser posto a andar pela consciência dos cidadãos deste país.

Claro, uma má história não se fabrica sem falsificações. Inventaram, e era mentira, que as famílias tinham entrado numa loucura consumista, quando basicamente se tinham limitado a comprar a casa própria que uma economia para aí virada as convidava a que comprassem. Inventaram, e era mentira, que o Estado se tinha endividado irresponsavelmente, quando acontecia que o tinha feito em menos escala que muitas outros Estado europeus. E até inventaram – e era de novo mentira – que eram os custos salariais que comprimiam o crescimento, nem se dando ao esforço de verem que foi com esses custos salariais que se criou emprego como nunca se havia criado em Portugal, chegando a mais de 5 milhões de ativos, incluindo imigrantes que nos procuravam. Do que eles não falavam era dos capitais que despudoradamente usavam o Estado em seu favor e proteção ou de uma UEM mal construída, que nos colocou numa camisa de onze varas de dependência e servilismo perante os países ricos beneficiários do euro, que iam promovendo a nossa desgraça.

Talvez nós próprios lhes tenhamos deixado campo livre para que assim agissem. Mas isso não pode acontecer agora, em que cabe à esquerda ser fonte de soluções e de alternativas. Razões não nos faltam para que, além de sermos contra, sejamos capazes de dizer que haja governo em nome do povo.

É, pois, perante este quadro dramático a que o governo nos levou, que vale a pena invocar Abril e lembrar aquilo por onde Abril passa nos dias de hoje. Passa, em primeiro lugar, por denunciar e recusar veementemente o empobrecimento de que já falei. E passa por dizer que, para além de injusto, este caminho é insustentável, só cria mais mal. São muito os que sempre recusaram a austeridade como opção válida para alguma coisa justa. E agora são muitos mais. É por razões de Abril – as da justiça social, as de uma vida coletiva baseada em direitos, as da deliberação democrática acerca dos destinos do país – que devemos recusar a denúncia da austeridade. E é porque sabemos que não foi pelos defeitos que eles gostam de atribuir ao povo e à legitimidade democrática que uma crise desta chegou. Chegou porque, para além de toda a libertinagem financeira, uma Europa que perdeu a generosidade, ignora os seus fundamentos coletivos e abandonou o seu sentido social se lançou numa vertigem monetarista, segregacionista das periferias. Uma Europa que está disposta a governar através de condicionalismos autoritários sobre os povos, bem expressos no memorando de entendimento que lançou Portugal numa dívida insustentável, iníqua e, sobretudo, destruidora. Por isso, a exigência da denúncia do memorando e da renegociação da dívida é, continuar a ser, a mais alta das bandeiras de Abril que hoje devemos erguer. Agora já todos o sabem, mesmo as aves canoras que ocupam o espaço público e mudam de opinião sem corarem. Esta exigência, esta bandeira, é para levantar alto porque há denominadores comuns da esquerda e das concepções democráticas da vida que o obrigam – e esses denominadores são os da dignidade do trabalho, os da justiça social e do combate às desigualdades que nos destroem, os do primado do Estado de direito, os da cidadania assente em direitos sociais e em deliberações e solidariedades coletivas que nos capacitam tanto como pessoas como como povo. São os valores que justificam a convergência de todos nós, a convergência da esquerda.

Perversidade da austeridade, inconsequência de uma estratégia liberal despudorada que ataque o trabalho e os rendimentos salariais, autoritarismo dum memorando que desfaz a economia e a torna apenas num instrumento para exportar barato e satisfazer credores que se tornarão mandões permanentes, iniquidade da dívida, defesa do Estado social – eis afirmações por onde passa a luta de todos nós para resgatar Portugal para um futuro decente.

Sim, porque nós sabemos falar de futuro, sabemos desenhar os caminhos que levam à dignidade, sabemos que há alternativas e sabemos dizer quais elas são. Desafiámos os diagnósticos falsos sobre Portugal, explicámos porque se formou esta crise comandada por banqueiros, por capitais especulativos e por políticas económicas e monetárias obscuras e sabemos dizer como se dignifica a economia, se respeita a sociedade e a cidadania e se desenham soluções. Sabemos ser contrapoder e anti-governo. Sabemos que governação e que princípios devem estar no centro das nossas vidas. E é isso que devemos exigir a cada um de nós, a toda a esquerda.

Depois de se mostrar a iniquidade do memorando, depois de se demonstrar que a dívida é impagável, destrói e tem de ser renegociada, depois de tudo isto, a palavra mais urgente nos dias que correm é a que consiste em dizer que a crise se vence também com o Estado social e com a democracia. Para esta gente que nos governa, depois de atacarem o trabalho e nos submeterem com a dívida, falta o lado inevitável deste triângulo da desgraça: desfazer o Estado Social, desligar as solidariedades coletivas, tornar todos os custos sociais custos privados.

Em primeiro lugar é preciso denunciar – denunciar que os ataques ao Estado social são para criar e proteger mercados privados na educação, na saúde e na segurança social; para levar a que o acesso a estes bens públicos dependa de cada um ter ou não ter dinheiro para os pagar e que, por isso, eles reduzirão custos coletivos porque deixarão muitos na valeta e servirão mal a grande maioria. Dizemo-lo porque sabemos que uma economia criadora de riqueza e uma sociedade justa carecem de padrões sólidos de saúde e bem-estar, de qualificações elevadas, de condições para manter a dignidade das pessoas quando já não trabalham ou não podem trabalhar. Não é com um Estado mínimo nem sequer com um Estado assistencialista que isso se alcança. É com um Estado que seja justo na redistribuição, que assegure a provisão pública que qualifique as pessoas e o país, que regule a economia em nome da democracia e que ouse promover o desenvolvimento, sobretudo quando mais ninguém é capaz de o fazer.

É por isso que, em nome do CDA, coloco os objectivos da Conferência Vencer a Crise com o Estado Social e com a Democracia, do próximo dia 11 de maio, em Lisboa, debaixo das bandeiras que o 25 de Abril nos entregou e que são os motivos maiores das muitas convergências e dos muitos denominadores comuns que todos sabemos e queremos reforçar. Convido todos a que participemos nessa Conferência, pois ela é campo para a nossa luta comum. Convido todos a que convidem muitos mais a darem os seus contributos. Não há dúvida, tal como sempre em democracia, nestes dias de urgência a defesa veemente do Estado social como condição de dignidade e desenvolvimento é o melhor nome que podemos dar a Abril.

Viva o 25 de Abril